

## GESTÃO E SUSTENTABILIDADE EM REDES DE PRODUTOS ORGÂNICOS

ZILMA BORGES DE SOUZA ( [zilma.borges@uol.com.br](mailto:zilma.borges@uol.com.br) , [zilma.borges@fgv.br](mailto:zilma.borges@fgv.br) )  
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Este texto se origina de uma pesquisa de doutorado sobre o desenvolvimento de formas de gestão de redes produtivas, que conduzam à sustentabilidade destas e a inserção econômico-social de forma mais permanente de pessoas que estão fora do emprego formal.

Tem como pontos centrais o reconhecimento de iniciativas produtivas e interesses da população local a fim de valorizar as experiências e competências já existentes em determinada comunidade, e a busca de profissionalizar formas participativas de gestão para apoiar as pessoas para o exercício da autonomia no encaminhamento de negócios. Para a pesquisa foram realizadas entrevistas, análise de documentos e a aplicação da metodologia de pesquisa qualitativa Discurso do Sujeito Coletivo (LEFÈVRE, 2005).

As Redes Sociais tem se estruturado no Brasil conectadas, em muitos casos, a projetos inovadores de geração de trabalho e renda, que visam à promoção de desenvolvimento local e regional envolvendo o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada. Percebe-se, no entanto uma questão presente e não respondida a contento quando se trata da continuidade de iniciativas do poder público, associações religiosas, ONGs entre outras (SANTOS, 2002). Em diversos casos os projetos ou mesmo programas já implementados acabam por se diluir ao longo do tempo por razões que vão desde o desinteresse por parte de quem coordena as propostas, ou pela falta de ações que solucionem problemas sentidos pela população envolvida, que acaba se afastando já que seus reais interesses não são atendidos. Uma questão chamou a atenção durante a pesquisa: a organização do trabalho nestas iniciativas produtivas poderia funcionar como formadora de competências que conduzam os participantes a tomar para si os projetos e conduzi-los de forma sustentável, quando da ausência ou atuação inadequada de entidades coordenadoras?

Esta inovação pretendida está relacionada a uma capacidade emancipadora que o trabalho coletivo carrega, já analisados em muitos casos de cooperativas no Brasil e que se distancia dos modelos de trabalho assalariado onde as pessoas apenas recebem ordens e são controlados, mas muitos deles levando ao insucesso ocasionado pela burocracia e questões de poder que acabava por minar a participação efetiva. Nos casos das redes produtivas haveria uma capacidade intrínseca para a formação de sujeitos autônomos, a partir desta experiência?

A partir de estudos exploratórios realizados em uma rede produtiva de alimentos orgânicos: a Rede Ecovida de Agroecologia verificou-se a existência de um elemento fundamental para a sustentabilidade destas redes, que se elegeu como foco e delimitação de estudo: a existência de relações de credibilidade e confiança entre os diversos agentes envolvidos, de forma a gerar vínculos que façam sentido para os participantes da rede, fortalecendo a coesão e inovação. Definiu-se, portanto, como objetivo central de investigação o de identificar quais as condições para que atividades produtivas desenvolvidas em rede possibilitem formas de organização do trabalho coletivo e vivências que gerem autonomia e desenvolvimento político para seus participantes. Encontrou-se nos conceitos de redes um campo de pesquisa muito rico, em razão de proporem estruturas de trabalho mais horizontais, com várias interseções e nós de comunicação que vinculam grupos ou indivíduos a diversos outros atores, a fim de fazer funcionar a produção, a comercialização, a pesquisa e as ferramentas de inserção na esfera produtiva de forma estruturada. Estruturas que articulam diversos atores, desde pequenos agrupamentos de famílias, cooperativas, associações, setor público e sociedade civil organizada para alcançar os resultados pretendidos.

Especialmente no campo de produtos orgânicos foi possível identificar modelos de trabalho coletivo em rede muito avançados hoje no Brasil, com anos de existência e uma alta

capacidade de articulação nacional e internacional. A Rede Ecovida de Agroecologia existe desde 1998 e se apresenta com o objetivo de gerar resultados sócio-econômicos, mas também propõe a vivência participativa no trabalho como condição para a participação na rede e para a obtenção do selo de produtos orgânicos desta. Inclui vinte e quatro núcleos distribuídos nos três estados do sul do país, e é formada por agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia.

A investigação tem, portanto como eixo central a sociabilidade vivenciada em experiências de trabalho na rede Ecovida, onde há diversos fóruns para tomada de decisão sobre assuntos econômicos e produtivos. Mas percebeu-se também que alguns temas transversais têm aparecido como importantes para a manutenção de relações participativas na Ecovida: o envolvimento de jovens, as questões gênero e a organização social das famílias. Estes são temas de referência quando se trata da questão agrícola no Brasil e percebe-se uma capacidade aglutinadora criada pela rede de favorecer uma religação do jovem com a terra e de ampliar o uso do espaço social de agricultores e pequenos comerciantes. Percebeu-se claramente um processo de reconstrução de identidades a partir de uma nova atuação mais política das pessoas (MACHADO,2006; POCHMANN,2002).

Por isto, outro campo de análise neste ensaio está na contribuição de Marc Auge(1994) para a compreensão do processo de utilização de espaços dentro da sociedade e a formação das identidades. Auge (1994:51) traz o conceito de “lugar antropológico” como sendo “o princípio de sentido para aqueles que o habitam”, uma construção concreta e simbólica do espaço. Considera-se central em todo este debate o encaminhamento de soluções locais na construção de relações socioeconômicas que ultrapassem as fronteiras do conhecido no próprio grupo de convivência. Não se pode prescindir nesta análise da avaliação das possibilidades de realização dos projetos fora da esfera conhecida e auto-referente. Ou seja, o espaço público vivenciado, o reconhecimento do outro, a identidade fortalecida tem capacidade para “saltar o muro” e fazer parte de outros aspectos da sociedade em geral? Esta a questão final a que se chegou e que é necessário colocar como condição para propiciar a sustentabilidade das redes, acompanhada da vivência de um trabalho coletivo estruturante da identidade e dotado de sentido para quem o realiza (CASTELLS,1998; LATOUR,1995).

Em sentido de conclusão cabe destacar a percepção de que a sustentabilidade de uma rede envolve muitos aspectos, desde o caráter estratégico e das relações de trabalho, até das formas participativas para favorecer a coesão e manutenção de objetivos comuns. Neste sentido, um dos pontos de destaque é a capacidade de equilíbrio entre inovação e manutenção de condições estruturantes da rede (SANTOS,2007). Mais do que olhar de fora e entender os processos experimentados por determinado grupo, o que se discute neste ensaio são as possibilidades de elaboração desta crítica pelos próprios agentes envolvidos no processo. Reforça-se assim a criação e consolidação de práticas de trabalho coletivo, que dialoguem com maior poder com políticas públicas e ações da sociedade civil organizada.

AUGE,M.Não-lugares:Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade. Papirus: Campinas,1994  
CASTELLS,M. *A sociedade em rede – A era da informação:economia, sociedade e cultura* - vol. 1 – Paz e Terra – Rio de Janeiro,1998.

LEFÈVRE,F.Discurso do sujeito coletivo. Caxias do Sul, RS. Educs,2005.

LATOUR, Bruno (1995) – *Le métier de chercheur – Regard d'un anthropologue* – INRA,Paris

MACHADO,E. Lutas e Resistências na América Latina hoje. Lutas & Resistências, Londrina,v.1,p.12-24,set.2006.

POCHMANN, M. (org.) Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade Cortez Editora e Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo,2002.

SANTOS, L. G. . Brasil contemporâneo: estado de exceção?. In: Francisco de Oliveira; Cibebe Saliba Rizek. (Org.). A era da indeterminação. 01 ed. São Paulo: Boitempo, 2007, v. , p. 289-352.

SANTOS, Boaventura de Sousa(org.) Produzir para Viver – Os caminhos da Produção não Capitalista. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.